AO EXCELENTÍSSIMO PRESIDENTE DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

Referente ao Processo nº: XXXXXXXXX

FULANO DE TAL, já qualificada nos autos, vem, por intermédio da Defensoria Pública do Distrito Federal – Núcleo de XXXXXXXX, com fulcro no \S 3º do artigo 1.012 do atual Código de Processo Civil¹, formular

REQUERIMENTO DE CONCESSÃO DE EFEITO SUSPENSIVO EM APELAÇÃO

tendo em vista que o juízo da 2ª Vara Cível da Circunscrição Judiciária de XXXXXX julgou improcedente a pretensão formulada no processo nº XXXXXXX (fl. X/X), revogando a tutela provisória que fora deferida em sede de Agravo de Instrumento por essa C. Corte (fl. X/X), imperiosa se faz a formulação do presente requerimento, com

¹ Art. 1.012. A apelação terá efeito suspensivo.

 $[\]S$ 1º Além de outras hipóteses previstas em lei, começa a produzir efeitos imediatamente após a sua publicação a sentença que:

^[...]

V - confirma, concede ou revoga tutela provisória; [...]

^{§ 3}º O pedido de concessão de efeito suspensivo nas hipóteses do § 1º poderá ser formulado por requerimento dirigido ao:

 $I - \underline{tribunal, no \ período \ compreendido \ entre \ a \ interposição \ da \ apelação \ e \ sua \ distribuição, \ ficando \ o \ relator \ designado \ para \ seu \ exame \ prevento \ para julgá-la;$

II - relator, se já distribuída a apelação.

^{§ 4}º Nas hipóteses do § 1º, <u>a eficácia da sentença poderá ser suspensa pelo relator</u> se o apelante demonstrar a probabilidade de provimento do recurso ou se, sendo relevante a fundamentação, houver risco de dano grave ou de difícil reparação.

base nas razões contidas na cópia da apelação em anexo, às quais se faz remissão.

Para compreensão da controvérsia, foram acostados a essa petição, além do recurso de apelação protocolizado, cópia integral dos autos, cuja autenticidade é ora atestada.

Assim, requer que o presente seja distribuído para um dos Exm^{os}. Desembargadores das Turmas Cíveis deste Egrégio Tribunal, para a devida apreciação e deferimento.

XXXXXXX, XX de XXXXXXX de XXXX.

FULANO DE TAL

Defensor Público do Distrito Federal